



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011
(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Requer a convocação do Senhor Antônio Palocci Filho, Ministro Chefe da Casa Civil para prestar esclarecimentos sobre o cancelamento dos empenhos de restos a pagar não processados dos exercícios 2007, 2008 e 2009 e sobre outros assuntos de competência de sua pasta e que tenham relação com o campo temático da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 24, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD c/c art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal – CF, CONVOCAR o Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO PALOCCI FILHO, Ministro-Chefe da Casa Civil, para prestar informações a esta Comissão sobre o cancelamento dos empenhos de restos a pagar não processados dos exercícios 2007, 2008 e 2009 e sobre outros assuntos de competência de sua pasta e que tenham relação com o campo temático da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

JUSTIFICAÇÃO

No dia 13 de maio de 2011, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), a portaria nº 311 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que “estabelece as datas para os desbloqueios dos saldos dos empenhos de restos a pagar a que se referem os Incisos I, II e III do Art. 1º do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, e os prazos para os cancelamentos dos empenhos que permanecerem bloqueados”.

A medida ameaça a execução de obras em centenas de municípios e gera grande preocupação por parte dos gestores municipais, sendo uma das principais pautas de discussão da XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorreu entre os dias 10 e 12 de maio de 2011.

Dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontam a burocracia no processo junto à caixa, falta de regularidade na execução de emendas que são utilizadas como moeda política e o cancelamento de obras pelo governo como alguns dos entraves que produziram a situação atual. Em relação ao decreto nº 7.468, a pesquisa da Confederação indica que 51,8% dos processos relativos a Restos a Pagar não-processados não foram iniciados, o que significa que cerca de R\$ 1,3 bilhão em empenhos estarão cancelados até o mês de julho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)

A CNM, alerta ainda que os problemas para os Municípios vão além das obras inacabadas e diversos processos de licitações. As prefeituras correm ainda o risco de cair em descrédito com os fornecedores, os quais podem não receber pelo trabalho executado.

Frente à relevância do tema dos restos a pagar e, sendo a Casa Civil órgão essencial de assessoramento da Presidência da República, ao qual compete, dentre outras atribuições, a avaliação e monitoramento da ação governamental e dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, consideramos justa e necessária a convocação objeto do presente requerimento. O comparecimento do Ministro Chefe com certeza elucidará muitas dúvidas dos integrantes dessa e de outras comissões, não só no tocante aos restos a pagar, mas também a respeito de outros assuntos relacionados com as áreas de atuação da CDU.

Face o exposto, contamos com o precioso apoio dos nobres integrantes da Comissão de Desenvolvimento com vistas à célere aprovação de nosso requerimento.

Sala da Comissão, de maio de 2011.

Deputado Arnaldo Jardim
PPS/SP